

SUMÁRIO

1. Por que Maria da Penha?	17
2. O ciclo da violência	21
2.1. Estereótipos de gênero	21
2.2. O perverso ciclo da violência	24
3. Um olhar no tempo	33
3.1. No passado	33
3.2. Um novo tempo	36
3.3. Sem mais tempo	39
4. Tratados internacionais	47
4.1. Compromissos internacionais	47
4.1.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)	48
4.1.2. Declaração sobre a Eliminação da Violên- cia contra a Mulher	50
4.2. A força dos tratados	51
5. Uma violação aos Direitos Humanos	55
5.1. O direito desdobrado em gerações	55
5.2. A violência contra a mulher	57
6. Questões constitucionais	65
6.1. Uma lei constitucional	65

6.2.	Constitucionalismo feminista	68
7.	Conceito e âmbito de incidência	71
7.1.	Conceito de violência doméstica e contra a mulher por razões da condição do sexo feminino	71
7.2.	Tipificação fora do âmbito do direito penal	75
7.3.	Família	77
7.4.	Relação íntima de afeto	79
7.5.	Unidade doméstica	80
7.6.	Uniões homoafetivas	81
7.7.	Namoro	83
8.	Formas da violência	85
8.1.	A violência contra a mulher em suas diversas formas	85
8.1.1.	Violência física	89
8.1.2.	Violência psicológica	93
8.1.3.	Violência sexual	99
8.1.4.	Violência patrimonial	108
8.1.5.	Violência moral	111
9.	Os atores da violência	115
9.1.	A abrangência da Lei	115
9.2.	Os atores da violência	116
9.3.	Sujeito ativo	118
9.4.	Sujeito passivo	121
10.	Violência e suas penas	127
10.1.	O que mudou	127
10.2.	Reflexos nas relações familiares	130

10.3.	Código penal	131
10.3.1.	Feminicídio	134
10.3.2.	Lesão corporal	135
10.3.3.	Calúnia, injúria e difamação	137
10.3.4.	Ameaça	138
10.3.5.	Vias de fato	138
10.4.	Lei dos Crimes Hediondos	139
10.5.	Código de Processo Penal	139
10.6.	Lei de Execução Penal	141
10.7.	Estatuto da Criança e do Adolescente	142
10.8.	Prisão preventiva	143
10.9.	Crime continuado	146
10.10.	Comparecimento a programa de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial	146
10.11.	Cesta básica	150
10.12.	<i>Sursis</i>	152
11.	Feminicídio	153
11.1.	Conceito	153
11.2.	Tipificação	155
11.3.	Legítima defesa da honra	157
11.4.	Competência	159
11.5.	Pensão especial	161
12.	Retratção, desistência ou renúncia?	163
12.1.	Algumas definições	163
12.2.	Representação e renúncia na Lei dos Juizados Es- peciais	166
12.3.	Representação e renúncia na Lei Maria da Penha	166

13. Delitos Sujeitos à Representação	173
14. Competência	179
14.1. Definição da competência	179
14.2. Competência da Justiça Federal	181
14.3. Competência de juízo	182
14.4. Competência funcional	185
14.5. Competência por prerrogativa de função	186
14.6. Competência <i>ratione personae</i>	186
14.7. Competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) e das Varas Criminais	194
14.7.1. Juízo da execução	196
14.7.2. Competência recursal	197
14.8. Competência dos juízos de família	198
14.9. Competência do júri	199
14.10. Foro de eleição	200
15. Medidas protetivas de urgência	203
15.1. Tutela de urgência	203
15.2. Natureza jurídica	207
15.3. Aspectos processuais	210
15.3.1. Competência	214
15.3.2. Prazo	215
15.4. Medidas que obrigam o agressor	217
15.4.1. Limitação ao uso de arma de fogo	218
15.4.2. Afastamento do lar e proibição de contato	219
15.4.3. Restrição de contato com os filhos	223
15.4.4. Obrigação alimentar	225

15.4.5.	Frequência a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial	228
15.4.6.	Proibição de acesso a cargos públicos	230
15.4.7.	Proibição de exercício de certas atividades	230
15.5.	Medidas que protegem a vítima	231
15.5.1.	Medidas de natureza patrimonial	234
15.6.	Execução das medidas protetivas	239
15.7.	Descumprimento das medidas protetivas	241
16.	Garantia do trabalho	245
16.1.	Natureza jurídica	245
16.2.	No serviço público	248
16.3.	Na iniciativa privada	250
17.	O papel do Ministério Público	255
17.1.	Atuação	255
17.2.	Banco de dados	260
17.3.	Atribuições	261
18.	Providências policiais	263
18.1.	Para onde se dirigir	266
18.2.	Escuta da vítima	267
18.3.	Registro da ocorrência	268
18.4.	Fato atípico	270
18.5.	Representação	270
18.6.	Encaminhamento da medida protetiva a juízo	272
18.7.	Prisão em flagrante	273
18.8.	Penas restritivas de direito	274

18.9.	Acordo de não persecução penal	274
18.10.	Fiança	274
18.11.	Prisão preventiva	275
18.12.	Inquérito policial	277
18.13.	Identificação criminal	279
19.	Procedimento judicial	281
19.1.	Delimitação da competência	281
19.2.	No âmbito dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM)	286
19.3.	No âmbito das Varas Criminais	290
19.4.	Ações cíveis	292
19.5.	Ações criminais	294
19.5.1.	Audiência de custódia	299
19.5.2.	Indenização por danos	301
19.6.	Recursos	303
19.7.	Procedimento	305
19.7.1.	Provas	306
19.8.	Medidas protetivas de urgência	309
19.8.1.	Prazo de vigência	314
19.8.2.	Audiência de acolhimento e verificação ..	316
19.9.	Retratação à representação	319
19.10.	Feminicídio	320
20.	Políticas públicas	323
20.1.	Previsões legais	323
20.1.1.	Lei Maria da Penha	324
20.2.	Legislação extravagante	329
20.3.	Conselho Nacional de Justiça	333

ANEXOS

Súmulas, Teses e Enunciados	341
Supremo Tribunal Federal	341
Tese de repercussão geral	341
Conselho Nacional de Justiça	343
Superior Tribunal de Justiça	343
Teses de repercussão geral	343
Súmulas	345
Jurisprudência em tese	346
Edição 41	346
Edição 231	348
Enunciados	351
Fórum Nacional de Juízes da Violência Doméstica (FONAVID)	351
Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) do Conselho Nacional de Procuradores-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União	365
IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família	376
Referências bibliográficas	377
Obras da Autora	390
Coordenação de obras coletivas	391